

umário

TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL	47
Capítulo I - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	49
1. Conceito de Direito Penal	49
2. Denominação	49
3. Posição enciclopédica do Direito Penal	49
4. Classificação doutrinária	50
5. Características do Direito Penal	52
6. Fontes do Direito Penal.....	53
6.1. Conceito.....	53
6.2. Classificação.....	53
6.3. (re) Classificação doutrinária	55
7. Funções (missões) do Direito Penal	55
Capítulo II - EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL.....	57
1. O direito penal nos povos primitivos – o período da VINGANÇA	57
1.1. Vingança DIVINA.....	57
1.2. Vingança PRIVADA.....	58
1.3. Vingança PÚBLICA	58
2. Direito Grego	59
3. Direito Romano.....	59
4. O direito penal na Idade Média	59
5. O período humanista ou humanitário	61
6. Escolas penais	61
a) Primeira escola - Escola CLÁSSICA ou idealista	61
b) Escola POSITIVISTA ou positiva	62
c) Terceira escola - Escola CRÍTICA, Eclética, Sociológica ou do Naturalismo Crítico	63
d) Escola MODERNA Alemã	64
e) Outras Escolas	64
7. Evidências da estruturação do sistema penal na Bíblia Sagrada	64
Capítulo III - HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO.....	66
1. Período Colonial.....	66

1446-1514 Ordenações AFONSINAS	67
1514-1603 Ordenações MANUELINAS	67
1603-1830 Ordenações FILIPINAS.....	67
2. O Império	68
1830 Código Criminal do Império	68
3. A República – da proclamação aos dias atuais.....	69
1890 1º Código Penal Republicano	69
1932 Código Piragibe: A Consolidação das Leis Penais	70
1940 Atual Código Penal	70
1969 Código Penal de Hungria	70
1977 Reforma.....	71
1984 Reforma da parte geral	71
Microrreformas – alterações pontuais na Legislação Penal	71

Capítulo IV - RELAÇÕES DO DIREITO PENAL 72

Seção I - RELAÇÃO ENTRE OS ATORES DA CIÊNCIA PENAL..... 72

1. Dogmática penal	72
2. Criminologia	72
2.1. A criminologia CRÍTICA	73
2.2. A criminologia minimalista ou MINIMALISMO PENAL.....	74
2.3. A Criminologia abolicionista ou ABOLICIONISMO PENAL	74
3. Política Criminal	75
4. Vitimologia	76
5. Penologia.....	76
6. Direito Penal Quântico	76

Seção II - RELAÇÃO DO DIREITO PENAL COM OUTROS RAMOS DA CIÊNCIA JURÍDICA..... 78

1. Direito Constitucional	78
2. Direitos Humanos.....	78
3. Direito Processual Penal.....	79
4. Direito Administrativo.....	79
5. Direito Civil.....	79
6. Direito do Trabalho	80
7. Direito Comercial	80
8. Direito Tributário.....	80
9. Direito Internacional	80

Seção III - CIÊNCIAS (ÓRGÃOS) AUXILIARES DO DIREITO PENAL

1. Instituto (ou departamento) de criminalística	81
2. Instituto (ou departamento) médico legal.....	81
3. Instituto (ou departamento) de identificação	81
4. Laboratório de perícias	82
5. Estatística criminal	82

Capítulo V - PRINCÍPIOS PENAIS..... 83

Seção I - PRINCÍPIOS LIMITADORES DA FUNÇÃO PUNITIVA 84

1. Princípio da LEGALIDADE	84
1.1. Origem (fonte).....	84
1.2. O princípio da legalidade nas Constituições e nos Códigos Penais Brasileiros.....	84
1.3. Fundamentos.....	85
1.4. Desdobramentos do princípio da legalidade.....	85
a) RESERVA LEGAL (ou legalidade em sentido estrito)	85
Mandados de incriminação compulsória	86
b) TAXATIVIDADE da lei penal.....	86
c) IRRETROATIVIDADE da lei penal	87
2. Princípio da DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ou da humanidade	87
3. Princípio da INTERVENÇÃO MÍNIMA (fragmentariedade e subsidiariedade).....	88
4. Princípio da EXCLUSIVA PROTEÇÃO de bens jurídicos	88
5. Princípio da SECULARIZAÇÃO (ou laicização).....	88
6. Princípio da SUBMISSÃO CONSTITUCIONAL	89
7. Princípio da PROPORCIONALIDADE	89
7.1 Caracteres.....	90
7.2 Estrutura do princípio da proporcionalidade	91
a) Princípio da PROIBIÇÃO DO EXCESSO	91
b) Princípio da PROIBIÇÃO DE PROTEÇÃO DEFICIENTE.....	91

Seção II - PRINCÍPIOS RELACIONADOS À PENOLOGIA..... 93

1. Princípio da PESSOALIDADE	93
2. Princípio da INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA.....	93
3. Princípio da PROPORCIONALIDADE DAS PENAS	95
4. Princípio da PROIBIÇÃO DE DUPLA RESPONSABILIZAÇÃO decorrente de fato único - <i>non bis in idem</i> ou <i>ne bis in idem</i>	95
5. Princípio da VEDAÇÃO À CONTA CORRENTE – “carta de crédito carcerário”	96
6. Princípio da NECESSIDADE e SUFICIÊNCIA concreta da pena	97

Seção III - PRINCÍPIOS RELACIONADOS AO FATO	98
1. Princípio da OFENSIVIDADE ou lesividade	98
2. Princípio da MATERIALIZAÇÃO (ou exteriorização) do fato	98
3. Princípio da ADEQUAÇÃO SOCIAL	99
4. Princípio da CONFIANÇA	99
5. Princípio da ALTERIDADE ou transcendentalidade	100
6. Princípio da INSIGNIFICÂNCIA	101
Seção IV - PRINCÍPIOS RELACIONADOS AO AGENTE DO FATO	108
1. Princípio da CULPABILIDADE	108
1.1. Responsabilidade penal subjetiva	108
1.2. Responsabilidade pessoal [ou vedação à responsabilidade por fato de outrem]	109
1.3. Pressuposto da imputação penal.....	110
1.4. Elemento estruturante do crime	110
1.5. Elemento orientador de aplicação da pena.....	110
1.6. Estado [ou presunção] de inocência	111
2. Princípio da IGUALDADE ou isonomia.....	111
Capítulo VI - A EXPANSÃO DO DIREITO PENAL.....	113
Seção I - VELOCIDADES DO DIREITO PENAL	114
Primeira velocidade	114
Segunda velocidade	114
Terceira velocidade	114
Direito Penal do inimigo.....	115
<i>Günther Jakobs</i> Direito Penal do Cidadão x Direito Penal do Inimigo	115
Quarta velocidade.....	117
Seção II - SISTEMAS OU MODELOS DE DIREITO PENAL	119
Modelos de DIREITO PENAL MÁXIMO [maximalista ou simbólico]	119
Law and Order (Lei e Ordem).....	119
The Theory of Broken Windows (teoria das janelas quebradas)	119
Tolerância Zero	120
Three strikes laws (three strikes and you're out)	120
Ticking Bomb Scenario (cenário da bomba-relógio)	121

Modelo de DIREITO PENAL MÍNIMO [minimalista ou garantista]	121
Axiomas principiológicos (ou simplesmente “princípios”) da doutrina garantista.....	121
Garantismo negativo x garantismo positivo – pólos indissociáveis.....	122
Seção III - A EXPANSÃO E A LEGITIMAÇÃO DO DIREITO PENAL NA SOCIEDADE DE RISCO - A ESPIRITUALIZAÇÃO DOS BENS JURÍDICOS E OS DELITOS DE ACUMULAÇÃO	123
1. Propostas de alternativas para o combate a fatos atentatórios aos bens jurídicos coletivos – expansionismo ou minimalismo penal?	125
O Direito Penal de DUAS VELOCIDADES	125
Direito de INTERVENÇÃO	125
2. Reflexão crítica às novas formas de tutela dos bens jurídicos coletivos	126
TEORIA DA LEI PENAL	127
Capítulo I - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	129
1. POSITIVISMO jurídico-penal.....	129
a) Instrumento de coerção	129
b) Teoria da coerência e da completude	130
2. DIFERENÇA entre lei penal e norma penal	130
3. VIGÊNCIA da lei penal	130
a) A lei penal e sua técnica de elaboração legislativa.....	131
b) <i>Vacatio legis</i>	132
4. CLASSIFICAÇÃO das leis penais	133
a) Incriminadoras.....	133
b) Não-incriminadoras.....	133
5. CARACTERES ou características da lei penal	134
6. Leis penais COMPLETAS [ou tipos penais fechados].....	134
7. Leis penais INCOMPLETAS	135
7.1. Leis penais incompletas EM SENTIDO LATO [amplo ou genérico]	135
7.1.1. Tipos penais ABERTOS	135
7.1.2. Lei penal EM BRANCO [ou primariamente remetida].....	135
a) Conceito e gênese	135
b) Classificação	136
HOMOGENEAS (fragmentárias, impróprias ou normas penais em branco em sentido lato).....	136
Homólogas (ou homovitelinas	136
Heterólogas (ou heterovitelinas.....	136
HETEROGENEAS (próprias ou normas penais em branco em sentido estrito).....	136

7.2. Leis penais incompletas EM SENTIDO ESTRITO [restrito ou específico] - inversa, invertida, revertida, ao avesso, ao invés, secundariamente remetida, de pena remetida, lei penal incompleta em sentido estrito ou imperfeita	137
7.3. Lei penal incompleta de DUPLA FACE [crime bi-remetido]	137
Norma penal DUPLAMENTE REMETIDA	138
Norma penal em branco AO QUADRADO	138
7.4. DESCRIMINANTE em branco	138
8. ANOMIA e ANTINOMIA jurídica	139
9. INTERPRETAÇÃO da lei penal	139
a) Considerações iniciais	139
b) Espécies de interpretação	139
b.1) Interpretação quanto ao SUJEITO (ou fonte)	140
b.2) Interpretação quanto aos MEIOS ou métodos	141
b.3) Interpretação quanto ao RESULTADO	142
c) Interpretação progressiva (adaptativa ou evolutiva)	142
d) Interpretação analógica ou <i>intra legem</i>	142
10. ANALOGIA	143
11. EQUIDADE	143
Capítulo II - TEMPO DO CRIME - aplicação da Lei Penal em relação ao tempo do crime	145
1. VIGÊNCIA da lei penal	145
2. DEFINIÇÃO do tempo (momento) do crime	145
2.1. Formulação do problema - conflito de direito intertemporal	145
2.2. Teorias que explicam o tempo do crime	145
2.3. Teoria adotada pelo Código Penal e suas consequências penais	146
3. EXTRA-ATIVIDADE	147
4. SUCESSÃO de leis penais no tempo – conflitos e soluções	148
a) <i>Lex GRAVIOR</i>	148
<i>Novatio criminis</i> [<i>novatio legis</i> incriminadora ou <i>novatio delicti</i>]	148
<i>Novatio legis in pejus</i>	149
b) <i>Lex MITIOR</i>	149
<i>Abolitio criminis</i> [descriminalização]	149
Revogação formal - <i>abolitio criminis</i> e princípio da continuidade normativa típica	149
<i>Vacatio Legis</i> indireta x <i>abolitio criminis</i> temporária	149
<i>Novatio legis in melius</i>	150
Aplicação de <i>lex mitior</i> em <i>vacatio legis</i> – [im]possibilidade	150
Competência para a aplicação da lei benéfica	150

c) Aplicação de LEI PENAL BENÉFICA INTERMEDIÁRIA - <i>Lex intermedia</i>	151
d) COMBINAÇÃO DE LEIS PENAIS (construção de lei híbrida - <i>Lex tertia</i>)	151
d.1) “Lex tertia” com a nova Lei de Drogas:.....	152
d.2) “Lex tertia” e o Código Penal Militar	152
g) Leis INTERMITENTES - EXCEPCIONAL e TEMPORÁRIA.....	152
h) Irretroatividade da <i>lex gravior</i> e medida de segurança	153
i) As leis penais em branco e o conflito de leis no tempo	154
5. Aplicação da lei penal nos crimes permanentes, continuados e habituais	154
Capítulo III - LUGAR DO CRIME - aplicação da Lei Penal em relação ao lugar do crime	156
1. DEFINIÇÃO do lugar do crime	156
1.1. Formulação do problema - conflito de direito internacional	156
1.2. Teorias que explicam o lugar do crime.....	156
1.3. Teoria adotada pelo Código Penal.....	157
1.4. Local do crime x foro competente – distinção	157
2. APLICAÇÃO da lei penal no espaço	158
a) Conceitos de território nacional.....	158
b) PRINCÍPIOS [regras ou critérios] de aplicação da lei penal no espaço	158
b.1) Princípio da TERRITORIALIDADE	159
b.2) Princípio da EXTRATERRITORIALIDADE	159
c) Subprincípios aplicáveis à extraterritorialidade	160
d) Legislação especial	161
Capítulo IV - PESSOAS DO CRIME - aplicação da Lei Penal em relação às pessoas	163
Subseção I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	163
1. Introdução	163
2. Melhor denominação: privilégio, prerrogativa ou garantia?	163
Subseção II - IMUNIDADES DIPLOMÁTICAS	165
1. Introdução	165
2. Origem e evolução	165
3. Fundamento.....	166
4. Convenções de Viena.....	166
5. Beneficiários das imunidades	166
6. Classificação das imunidades.....	167
7. Renunciabilidade	167

8. Sede da embaixada: território nacional ou estrangeiro?	167
9. Princípio do primado do direito local.....	168
Subseção II - IMUNIDADES PARLAMENTARES.....	169
1. Introdução.....	169
2. Origem e evolução	169
3. Vigência das imunidades – marcos temporais.....	169
4. Melhor denominação: imunidades ou inviolabilidades?	170
5. Da irrenunciabilidade das imunidades parlamentares	170
6. Imunidade material, penal, absoluta, real, substantiva ou inviolabilidade	171
7. Imunidade formal, relativa, processual, adjetiva ou imunidade propriamente dita ...	172
8. Prerrogativa de foro – competência especial	173
9. Imunidade relativa à prisão – garantia de não ser preso.....	173
10. Imunidade relativa ao processo – garantia de não ser processado	174
11. Imunidades diversas e foros privilegiados	176
Subseção III - IMUNIDADE ADVOCATÍCIA.....	177
Subseção IV - EXTRADIÇÃO	178
1. Conceito	178
2. Expulsão e deportação – diferenças	178
3. Restrições.....	178
4. Espécies, regulamentação e requisitos	179
5. Pressupostos	179
6. Prisão.....	179
7. Princípios aplicáveis	180
Subseção V - TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL [TPI].....	181
1. Jurisdição [complementar ou subsidiária]	181
2. Competência <i>ratione materiae</i>	181
3. Competência <i>ratione temporis</i>	181
4. Competência <i>ratione personae</i>	181
5. Principiologia.....	181
6. Imprescritibilidade	183
7. Penas aplicáveis	183
8. Entrega de pessoas ao TPI.....	183
9. Prisão Preventiva	184

Capítulo V - DISPOSIÇÕES FINAIS	185
Seção I - PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO	185
1. <i>Ne bis in idem</i>	185
2. Detração penal.....	185
3. Consequências	185
4. Homologação	186
Seção II - PRAZO PENAL.....	187
1. Forma de contagem – características	187
2. Frações que não se computam na pena	187
Seção III - CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	189
1. Configuração do conflito aparente de normas	189
2. Elementos do conflito aparente de normas	189
3. Princípios aplicáveis ao conflito aparente	189
a) Especialidade	189
b) Subsidiariedade	190
c) Consunção ou absorção.....	190
d) Alternatividade.....	190
TEORIA DA INFRAÇÃO PENAL	193
Capítulo I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	195
1. CONCEITOS de infração penal.....	195
a) Conceito UNITÁRIO [monista]	195
b) Conceito BIPARTIDO [binário, dualista ou dicotômico].....	195
c) Conceito TRIPARTIDO [tricotômico ou tripartite]	195
2. DIFERENCIAÇÃO entre crime e contravenção penal.....	196
2.1 Outras DENOMINAÇÕES.....	196
2.2 Critério ONTOLÓGICO.....	196
2.3 Critério de COMINAÇÃO DAS PENAS.....	196
2.4 Critério da OFENSIVIDADE.....	197
2.5 Critérios LEGAIS	197

Seção II - CONCEITOS DE CRIME.....	199
1. Conceito LEGAL [formal-descritivo].....	199
2. Conceito FORMAL [nominal ou formal-sintético]	199
3. Conceito MATERIAL [ou substancial]	199
4. Conceitos FORMAL-MATERIAL.....	199
5. Conceito ANALÍTICO [dogmático, estrutural, estratificado, operacional ou formal-analítico]	200
5.1 Conceito UNITÁRIO.....	200
5.2 Conceito BIPARTIDO	200
a) Teorias do injusto pena.....	200
<i>"Ratio essendi" ou da tipicidade como essência ou razão de ser da ilicitude....</i>	200
<i>Elementos negativos do tipo</i>	200
<i>Funcionalismo moderado</i>	201
b) Teoria finalista brasileira dissidente	201
c) Teoria teleológica.....	201
5.3 Conceito TRIPARTIDO	201
a) Teoria tripartida clássica	201
b) Teoria constitucionalista do delito.....	201
5.4 Conceito QUADRIpartido	202
5.5 Conceito QUINTUPARTIDO	202
Seção III - SUJEITOS DO CRIME.....	203
1. Sujeito ATIVO	203
a) Pessoa FÍSICA	203
b) Pessoa JURÍDICA	203
Possibilidade de responsabilização criminal da pessoa jurídica	203
Teoria da FICÇÃO 	203
Teoria da REALIDADE - orgânica, organicista ou da personalidade real 	203
Previsões constitucionais	204
Regulamentação infraconstitucional	204
Teoria da dupla imputação [ou imputação paralela]	204
Sanções a pessoas jurídicas na concepção de Claus Roxin	204
c) ANIMAIS	205
1.1 Designações do sujeito ativo	205
2. Sujeito PASSIVO.....	206
Dupla subjetividade passiva	206
Pessoa jurídica	206
Sujeito passivo indeterminado	206

Prejudicado.....	206
Dupla condição - impossibilidade.....	207
Pluralidade de sujeitos passivos.....	207
Morto.....	207
2.1 A questão dos DIREITOS DOS ANIMAIS.....	207
Evolução legislativa.....	208
Seção IV - OBJETOS DO CRIME.....	210
1. Objeto MATERIAL.....	210
2. Objeto JURÍDICO.....	210
Seção V - CLASSIFICAÇÃO ESQUEMATIZADA DE CRIME.....	211
1. Quanto aos SUJEITOS.....	211
2. Quanto à CONDUTA.....	212
3. Quanto ao MOMENTO CONSUMATIVO.....	213
4. Quanto ao RESULTADO NATURALÍSTICO.....	213
5. Quanto ao RESULTADO NORMATIVO.....	214
6. Quanto à QUANTIDADE DE CONDUTAS.....	215
7. Quanto às FORMAS DE EXECUÇÃO.....	215
8. Quanto à QUANTIDADE DE ATOS necessários para realizar o tipo.....	215
9. Quanto ao NÚMERO DE SUJEITOS ATIVOS (concurso de pessoas).....	215
10. Quanto ao BEM JURÍDICO LESADO.....	216
11. Quanto ao LOCAL DA CONSUMAÇÃO.....	216
12. Quanto aos VESTÍGIOS.....	217
13. Quanto ao PERCURSO no <i>iter criminis</i> , POSSIBILIDADE DE CONSUMAÇÃO e PUNIÇÃO.....	217
14. Quanto à FONTE.....	218
15. Quanto à AUTONOMIA.....	219
16. Quanto à EXIGÊNCIA DE CONDIÇÕES.....	219
17. Quanto ao CARÁTER [TRANS]NACIONAL.....	220
18. Quanto à POSIÇÃO TOPOGRÁFICA.....	220
19. Quanto à EXISTÊNCIA DO CRIME.....	221
20. Quanto ao ESTADO ANÍMICO DA VÍTIMA.....	222
21. Quanto ao ESTADO ANÍMICO DO AUTOR DO CRIME.....	222
22. Quanto à ESTRUTURA DO TIPO PENAL.....	223
23. Quanto à LIGAÇÃO COM OUTRO(S) CRIME(S).....	223
24. Quanto às DENOMINAÇÕES dos crimes dolosos contra a vida.....	224
25. Quanto à RELAÇÃO ENTRE O DOLO E A CULPA.....	225
26. Quanto à EXISTÊNCIA e ao MONTANTE DAS PENAS.....	225
27. OUTRAS classificações.....	225

Capítulo II - FATO TÍPICO	230
1. CONCEITO de fato típico	230
2. ELEMENTOS do fato típico	230
3. CONCEITO de tipo penal	230
4. ESTRUTURA do tipo penal	231
5. ELEMENTOS constitutivos do tipo penal	231
6. FUNÇÕES do tipo penal	231
7. ESPÉCIES de tipo penal	232
Seção I - CONDOTA.....	233
Subseção I - CONCEITOS / TEORIAS DA CONDOTA.....	233
1. Teoria pré-clássica: conceito HEGELIANO	233
2. Teorias CAUSALISTAS	233
1º estágio A teoria CLÁSSICA e o conceito causal-naturalista	233
2º estágio A teoria NEOCLÁSSICA (ou neokantista) e o conceito causal-valorativo	236
3. Teoria FINALISTA da ação.....	237
4. Teoria SOCIAL da ação	240
1ª concepção E. Schmidt, Engisch e Maihofer	240
2ª concepção Maurach, Jescheck e Wessels	240
5. Teorias FUNCIONAIS da ação	241
1ª vertente Funcionalismo MODERADO - Claus Roxin - Escola de Munique	241
2ª vertente Funcionalismo RADICAL - Günther Jakobs – Escola de Bonn	243
6. Teoria JURÍDICO-PENAL da conduta	244
7. Teoria CONSTITUCIONALISTA (teleológica-constitucional).....	245
8. Teoria da AÇÃO SIGNIFICATIVA.....	245
Subseção II - CARACTERÍSTICAS DA CONDOTA	246
1. FORMAS de conduta	246
2. CLASSIFICAÇÃO dos crimes omissivos	246
a) Omissivos PRÓPRIOS [puros, simples ou propriamente omissivos]	246
b) Omissivos IMPRÓPRIOS [qualificados, impuros, espúrios, promíscuos ou comissivos por omissão]	246
c) OMISSIVOS POR COMISSÃO.....	247
3. REQUISITOS da conduta na concepção finalista	247
4. Causas que EXCLUEM a conduta [<i>ausência de ação ou omissão</i>].....	247
Movimentos REFLEXOS [<i>actus hominis</i>]	247
Coação FÍSICA irresistível (<i>vis absoluta</i>).....	248

Estados de INCONSCIÊNCIA.....	248
5. Causas que NÃO excluem a conduta	248
Atos HABITUAIS [<i>mecânicos, automáticos ou instintivos</i>].....	248
Ações em CURTO-CIRCUITO [<i>atos impulsivos ou explosivos</i>]	248
Seção II - RESULTADO	249
1. REFERÊNCIA legal	249
2. CONCEITOS - teorias [critérios]	249
a) NATURALÍSTICA [<i>física ou tipológica</i>]	249
b) NORMATIVA [<i>ou jurídica</i>]	249
Seção III - NEXO CAUSAL	251
1. CONCEITO de nexo causal.....	251
2. Nexo causal nos crimes MATERIAIS, FORMAIS e de MERA CONDUTA	251
Subseção I - TEORIAS DO NEXO CAUSAL.....	252
1. Teoria IGUALITÁRIA - equivalência dos antecedentes causais - "conditio sine qua non" ..	252
2. Teoria DIFERENCIADORA - causalidade adequada	253
3. Teoria da IMPUTAÇÃO OBJETIVA [TIO]	254
3.1 <i>Karl Larenz</i> 1927 	254
3.2 <i>Richard Honig</i> 1930 	254
3.3 <i>Claus Roxin</i> 1970 	255
a) Contextualização	255
b) Requisitos da imputação objetiva	255
c) Casuísticas utilizadas por Roxin para explicar a imputação objetiva	255
d) Soluções propostas por Roxin aos problemas por ele formulados	256
4. OUTRAS teorias.....	260
Subseção II - CONCAUSAS	261
1. Conceito	261
2. Classificação	261
a) Quanto ao DESDOBRAMENTO causal.....	261
b) Quanto à ORIGEM	262
c) Quanto ao MOMENTO da ocorrência.....	262
3. Solução jurídica.....	263

Subseção III - CAUSALIDADE NORMATIVA	264
1. Omissão juridicamente relevante – a figura do “GARANTIDOR”	264
2. DEVER de agir	264
3. POSSIBILIDADE de agir	265
4. A questão da omissão diante da TORTURA.....	265
Seção IV - TIPICIDADE - tipicidade em sentido estrito	266
1. CONCEITOS de tipicidade	266
2. Evolução histórica do conceito de tipo - FASES DA TIPICIDADE.....	266
1796 <i>Ernst Ferdinand Klein</i> TATBESTAND.....	266
1915 <i>Max Ernest Mayer</i> Teoria da <i>RATIO COGNOSCENDI</i> ou da tipicidade indiciária.....	268
1929 <i>Hellmuth Von Weber</i> Teoria dos ELEMENTOS NEGATIVOS do tipo.....	268
1931 <i>Edmund Mezger</i> Teoria da <i>RATIO ESSENDI</i> ou da tipicidade como essência ou razão de ser da ilicitude	269
1931 <i>Hans Welzel</i> A tipicidade na concepção FINALISTA	269
<i>Eugenio Raúl Zaffaroni</i> Teoria da TIPICIDADE CONGLOBANTE.....	269
2001 <i>Luiz Flávio Gomes</i> Teoria CONSTITUCIONALISTA do Delito.....	270
3. Formas de ADEQUAÇÃO TÍPICA	271
4. Causas de exclusão da tipicidade - ATIPIFICANTES	271
a) Princípio da insignificância.....	272
b) Princípio da adequação social	272
c) Imunidade parlamentar material.....	272
d) Consentimento do ofendido.....	272
e) Tipicidade conglobante	273
f) Ausência de lançamento definitivo do tributo	273
g) Desistência voluntária e arrependimento eficaz	273
h) Crime impossível	274
Seção V - DOLO.....	275
Subseção I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	275
1. Conceito	275
2. Teorias acerca do dolo eventual	275
a) Teorias da VONTADE ou VOLITIVAS.....	275
Teoria do ASSENTIMENTO [anuência ou consentimento]	275
Teoria da INDIFERENÇA.....	275
Teoria da NÃO-COMPROVADA VONTADE DE EVITAÇÃO do resultado.....	275

b) Teorias INTELECTIVAS ou VOLITIVAS.....	276
Teoria da REPRESENTAÇÃO [ou da possibilidade]	276
Teoria da PROBABILIDADE	276
2.1 Teoria adotada pelo Código Penal.....	276
3. Elementos (ou requisitos) do dolo	277
4. Ausência de dolo.....	277
Subseção II - ESPÉCIES DE DOLO - CLASSIFICAÇÃO ESQUEMATIZADA	278
1. Classificação legal	278
a) Direto [imediato ou determinado]	278
Dolo direto de 1º GRAU	278
Dolo direto de 2º GRAU	278
Dolo direto de 3º GRAU	278
b) Indireto [eventual, mediato, indeterminado, de consequências possíveis, crime de assunção obrigatória do risco ou de desprezo]	279
Teoria da cegueira deliberada [teoria da avestruz]	279
2. Classificação doutrinária	280
2.1 Quanto à CUMULATIVIDADE ou ALTERNATIVIDADE	280
2.2 Quanto ao RESULTADO JURÍDICO (ou normativo)	280
2.3 Quanto à CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE.....	281
2.4 Quanto à exigência de FINALIDADE ESPECÍFICA.....	281
2.5 Quanto ao MOMENTO da verificação do dolo	281
2.6 Quanto ao ESTADO ANÍMICO do autor do crime	282
3. Outras classificações	282
Seção VI - CULPA	284
1. Conceito	284
2. Graduação [graus de culpa]	284
3. Tipo aberto.....	284
4. Tipo fechado	284
5. Elementos do crime culposo.....	285
6. Modalidades [formas] de culpa	285
7. Espécies de culpa	286
a) Culpa PRÓPRIA	286
a.1) Quanto à PREVISIBILIDADE de ocorrência do resultado lesivo.....	286
a.2) Quanto ao(s) RESPONSÁVEL (eis) pela culpa:	287
b) Culpa IMPRÓPRIA.....	287
8. Ausência de culpa - causas [situações] que excluem a culpa	287
9. Compensação de culpas.....	288
10. Culpa presumida	288
11. Concurso de pessoas no crime culposo	288

Seção VII - AGRAVAÇÃO PELO RESULTADO	289
1. Responsabilidade penal	289
2. Da “Versari in re illicita” à “nulla poena sine culpa”	289
3. Crimes qualificados pelo resultado	289
4. A questão do latrocínio	299
Seção VIII ERRO DE TIPO	291
Subseção I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	292
1. Conceito	292
2. Evolução legislativa	292
3. Natureza jurídica	292
4. Classificação do erro de tipo	292
a) Quanto à FORMA do erro	292
Erro de tipo TRADICIONAL	293
Erro de tipo INVERTIDO.....	293
b) Quanto aos ELEMENTOS sobre os quais recaem o erro	293
Erro de tipo ESSENCIAL [estrutural, nuclear ou fundamental]	293
Erro de tipo ACIDENTAL [secundário, contingente, acessório ou casual]	293
c) Quanto ao MODO DE INCIDÊNCIA no erro	293
Erro de tipo ESPONTÂNEO	293
Erro de tipo PROVOCADO	293
Subseção II - ERRO DE TIPO ESSENCIAL.....	294
1. Esclarecimento inicial - classificação do tipo penal.....	294
2. Conceito	294
3. Consequências penais	294
Erro de tipo INVENCÍVEL (inevitável	294
Erro de tipo VENCÍVEL (evitável)	294
4. Espécies	295
4.1 Erro de tipo INCRIMINADOR	295
a) Erro de tipo incriminador-PROIBITIVO	295
b) Erro de tipo incriminador-MANDAMENTAL.....	295
4.2 Erro de tipo PERMISSIVO	296
a) Esclarecimento inicial.....	296
b) Hipóteses que caracterizam as discriminantes putativas	296
c) Natureza jurídica das discriminantes putativas na identificação do erro: de tipo ou de proibição?	297

Subseção III - ERRO DE TIPO ACIDENTAL	299
1. Conceito	299
2. Consequências penais.....	299
3. Espécies de erro accidental	299
a) Erro sobre a PESSOA - <i>error in persona</i>	299
b) Erro sobre o OBJETO - <i>error in objecto</i>	299
c) Erro sobre o NEXO CAUSAL	300
c.1) Formas	300
Erro sobre o nexo causal em sentido estrito [<i>aberratio causae</i>]	300
Dolo geral [<i>dolus generalis</i>].....	300
c.2) Consequência penal	300
c.3) A questão do dolo em relação à qualificadora	301
d) Erro na EXECUÇÃO - <i>aberratio ictus</i>	301
d.1) Formas de ocorrência do erro na execução	301
d.2) Consequências penais do erro na execução	301
d.3) A questão da previsibilidade	302
d.4) A questão do dolo eventual na unidade complexa	302
e) Erro no RESULTADO - resultado diverso do pretendido ou desvio do crime - <i>aberratio criminis ou aberratio delicti</i>	302
e.1) Consequências penais do erro no resultado	303
e.2) A questão do dolo eventual na unidade complexa	303
e.3) Erro de pessoa para coisa	303
 Seção IX - CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	 304
 Subseção I - <i>ITER CRIMINIS</i>	 304
1. Conceito	304
2. Fases	304
3. Diferença entre atos preparatórios e executórios.....	305
3.1. Teorias	305
a) Teoria SUBJETIVA.....	305
b) Teorias OBJETIVAS	306
Teoria objetivo-forma	306
Teoria da hostilidade ao bem jurídico.....	306
Teoria objetivo-material	306
Teoria objetivo-individual	306
3.2. Posição da doutrina	307

Subseção II - CONSUMAÇÃO	308
1. Conceito	308
2. Momento consumativo.....	308
Subseção III - TENTATIVA	311
1. Conceito	311
2. Natureza jurídica	311
3. Elementos da tentativa	311
4. Classificação – espécies de tentativa	311
a) Quanto à POSSIBILIDADE de alcançar a consumação:.....	311
Tentativa IDÔNEA	311
Tentativa INIDÔNEA	311
b) Quanto ao PERCURSO no “iter criminis”	312
Tentativa PERFEITA	312
Tentativa IMPERFEITA.....	312
Tentativa ABANDONADA ou qualificada	312
c) Quanto ao RESULTADO	312
Tentativa INCRUENTA	312
Tentativa CRUENTA.....	312
5. Infrações penais incompatíveis com a tentativa	312
6. A questão das contravenções penais e dos crimes de atentado	313
7. Punição da tentativa	313
a) Exceções	313
b) Teorias aplicáveis à punibilidade da tentativa	314
c) Natureza jurídica da punibilidade da tentativa.....	314
d) Critério para a diminuição da pena da tentativa	314
e) A influência da tentativa na competência do JECrim	314
8. A questão do latrocínio	314
Subseção IV - DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	316
1. Conceito	316
2. “Ponte de ouro”	316
3. Natureza jurídica	317
4. Concurso de pessoas e a comunicabilidade do benefício do art. 15, CP	318
5. Características da desistência voluntária	319
6. Características do arrependimento eficaz	319
7. Voluntariedade ≠ espontaneidade	319

8. Crimes formais e de mera conduta.....	319
9. Comparação entre desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	319
Subseção V - ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	320
1. Conceito e natureza jurídica	320
2. “Ponte de prata”	320
3. Requisitos.....	320
4. Reparação posterior ao recebimento da peça acusatória	321
5. Comunicabilidade (extensão do benefício).....	321
6. Critério para a diminuição da pena.....	321
7. Comparação entre arrependimento eficaz e arrependimento posterior	321
Subseção VI - CRIME IMPOSSÍVEL.....	322
1. Conceito	322
2. Natureza jurídica.....	322
3. Outras denominações	322
4. Flagrante preparado, provocado, delito de ensaio, delito de experiência, delito putativo por obra do agente provocador	322
5. Teorias aplicáveis ao crime impossível	323
6. Elementos do crime impossível	324
Capítulo III - ILICITUDE	325
Subseção I - DISPOSIÇÕES GERAIS	325
1. Terminologia: injuridicidade, antijuridicidade ou ilicitude?	325
2. Conceitos	325
3. Relação entre tipicidade e ilicitude.....	326
a) Teoria da <i>RATIO ESSENDI</i> ou da tipicidade como essência ou razão de ser da ilicitude.....	326
b) Teoria da <i>RATIO COGNOSCENDI</i> ou da tipicidade indiciária	326
Subseção II - EXCLUDENTES DE ILICITUDE.....	327
1. Outras denominações das causas excludentes da ilicitude	327
2. Espécies de causas excludentes da ilicitude	327
2.1 Causas LEGAIS.....	327
2.2 Causa SUPRALEGAL	328
3. Requisito subjetivo	328

Subseção III - EXCESSO	329
1. Conceito / configuração	329
2. Alcance	329
3. Sistema da eximente incompleta x sistema do excesso	329
4. Espécies - classificação esquematizada.....	329
4.1 Classificação LEGAL	329
a) Doloso.....	330
Excesso doloso em sentido estrito.....	330
Excesso doloso em virtude de discriminante putativa por erro de proibição [erro de proibição indireto]	330
b) Culposo.....	330
Excesso culposo em sentido estrito	330
Excesso culposo em virtude de discriminante putativa por erro de tipo vencível.....	330
4.2 Classificação DOUTRINÁRIA	331
a) Excesso EXCULPANTE	331
b) Excesso ACIDENTAL [fortuito].....	332
c) Excesso EXTENSIVO	332
d) Excesso INTENSIVO	332
e) Excesso NA CAUSA	332
Seção I - ESTADO DE NECESSIDADE.....	333
1. Conceito jurídico	333
2. Natureza jurídica	333
a) Teoria DIFERENCIADORA (dualista ou da diferenciação).....	333
b) Teoria UNITÁRIA (ou monista).....	334
3. Requisitos do estado de necessidade	334
3.1 Requisitos OBJETIVOS	335
a) Conflito de bens jurídicos.....	335
b) Perigo atual.....	335
c) Ameaça a direito próprio ou alheio.....	335
d) Situação de perigo não causada pela vontade do agente	336
e) Inexistência de dever legal de enfrentar o perigo	336
f) Inevitabilidade da conduta lesiva	337
g) Proporcionalidade entre o fato necessitado e a gravidade da lesão causada	337
3.2 Requisito SUBJETIVO.....	338
4. Espécies (ou formas) de estado de necessidade - classificação esquematizada.....	338
a) Quanto ao TITULAR DO DIREITO [bem ou interesse] PRESERVADO.....	338
Estado de necessidade PRÓPRIO	338

Estado de necessidade DE TERCEIRO.....	338
Estado de necessidade RECÍPROCO	338
b) Quanto ao TITULAR DO DIREITO [bem ou interesse] SACRIFICADO	339
Estado de necessidade DEFENSIVO	339
Estado de necessidade AGRESSIVO	339
Estado de necessidade ABERRANTE	339
c) Quanto à CONSCIÊNCIA [conhecimento] da situação de perigo	339
Estado de necessidade REAL.....	339
Estado de necessidade PUTATIVO	339
Seção II - LEGÍTIMA DEFESA	340
1. Conceito jurídico	340
2. Requisitos da legítima defesa	340
2.1 Requisitos OBJETIVOS.....	340
a) Injusta agressão	340
b) Atualidade ou iminência da injusta agressão	343
c) Lesão ou ameaça a direito próprio ou alheio.....	343
d) Emprego dos meios necessários.....	343
e) Moderação no emprego dos meios necessários	343
2.2 Requisito SUBJETIVO - <i>animus defendendi</i>	344
3. Espécies (ou formas) de legítima defesa - classificação esquematizada	344
a) Quanto ao TITULAR DO DIREITO injustamente agredido	344
b) Quanto à EXISTÊNCIA da injusta agressão	344
c) Outras classificações.....	345
Legítima defesa SUCESSIVA	345
Legítima defesa PRESUMIDA	345
Legítima defesa PERMANENTE	346
Legítima defesa ABERRANTE (com erro na execução - “ <i>aberratio ictus</i> ”).....	346
4. Diferenças entre estado de necessidade e legítima defesa	346
Seção III - ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	347
1. Conceito	347
2. Natureza jurídica.....	347
3. Espécies.....	347
4. Requisitos.....	347
a) Requisitos OBJETIVOS.....	348
b) Requisito SUBJETIVO	348

5. Beneficiários.....	348
6. Dever legal de “matar”.....	348
7. Algumas hipóteses caracterizadoras.....	349
8. Descriminante em branco.....	349
Seção IV - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.....	350
1. Conceito.....	350
2. Classificação.....	350
3. Natureza jurídica.....	350
4. Espécies.....	350
5. Requisitos.....	351
a) Requisitos OBJETIVOS.....	351
b) Requisito SUBJETIVO.....	351
6. Hipóteses caracterizadoras.....	351
7. Descriminante em branco.....	352
Seção V - OFENDÍCULOS.....	353
1. Conceito.....	353
2. Espécies.....	353
3. Natureza jurídica.....	353
4. Excesso.....	354
5. Pessoa inocente.....	354
Seção VI - CONSENTIMENTO DO OFENDIDO.....	355
1. Alcance.....	355
2. Configuração.....	355
a) Consentimento do ofendido ATIPIFICANTE (excludente de tipicidade).....	355
b) Consentimento do ofendido JUSTIFICANTE (excludente de ilicitude).....	356
3. Momento do consentimento.....	356
4. Condição de validade / capacidade para consentir.....	356
Capítulo IV - CULPABILIDADE.....	357
1. Conceito.....	357
2. Evolução histórica - teorias que explicam a culpabilidade.....	357
2.1 Sistema CAUSAL.....	357
a) Teoria PSICOLÓGICA.....	357
b) Teoria PSICOLÓGICA-NORMATIVA (ou complexa da culpabilidade).....	358

2.2 Sistema FINALISTA	358
a) Teoria NORMATIVA PURA.....	358
b) Espécies da teoria normativa pura	358
Teoria EXTREMADA ou estrita da culpabilidade	359
Teoria LIMITADA	359
2.3 Sistema SOCIAL.....	359
2.4 Sistema FUNCIONAL	359
a) Funcionalismo MODERADO (teleológico)	359
b) Funcionalismo RADICAL (sistêmico)	359
2.5 Sistema CONSTITUCIONALISTA do delito	360
3. Elementos (ou requisitos) da culpabilidade.....	360
4. Causas de exclusão da culpabilidade	360
5. A teoria da coculpabilidade	360
5.1 Coculpabilidade TRADICIONAL	361
a) Efeitos / consequências	361
b) Coculpabilidade tradicional expressa	362
5.2 Coculpabilidade ÀS AVESSAS	362
a) Perspectivas	362
b) Previsão expressa	362
Seção I - IMPUTABILIDADE	364
1. Conceito	364
2. Elementos da imputabilidade	364
3. Critérios (ou sistemas) para aferir a imputabilidade	364
a) Critérios adotados pelo direito penal brasileiro	364
b) Requisitos do sistema biopsicológico.....	365
4. Causas de exclusão da imputabilidade	365
5. Causas que não excluem a imputabilidade.....	365
a) Emoção ou paixão.....	365
b) Embriaguez voluntária (não-acidental)	366
5.1 “Actio libera in causa” ou ação livre em sua causa	366
Subseção I - INCAPACIDADE PSÍQUICA	368
1. Outras denominações	368
2. Espécies de incapacidades psíquicas	368
3. Meio de verificar a incapacidade psíquica	368
4. Desnecessidade de cumulação das incapacidades	369

5. Incapacidades psíquicas x consequências penais	369
a) Incapacidade absoluta - INIMPUTABILIDADE	369
b) Incapacidade relativa - SEMI-IMPUTABILIDADE	369
Subseção II - MENORIDADE PENAL	371
1. Fundamento legal	371
2. Evolução legislativa	371
a) Brasil Colônia	371
b) Império	371
c) República	372
1890 Código Penal Republicano	372
1926-1927 1º Código de Menores	372
O caso Bernardino	372
1940 Código Penal.....	372
1969 Código Penal Militar	373
1969 Código Penal de Hungria	373
1979 2º Código de Menores.....	373
1984 Reforma da parte geral do Código Penal.....	373
1988 Constituição da República Federativa do Brasil.....	374
1990 Estatuto da Criança e do Adolescente	374
3. Momento da cessação da menoridade.....	374
4. Legislação aplicável e seus reflexos	374
Subseção III - EMBRIAGUEZ.....	376
1. Conceito	376
2. Espécies.....	376
3. Classificação	376
4. Graus	377
5. Fases da embriaguez	377
6. Embriaguez x consequências penais	377
Subseção IV - DEPENDÊNCIA / INFLUÊNCIA DE DROGAS	379
1. Antecedente legislativo.....	379
2. Caracterização da dependência e do efeito proveniente de caso fortuito ou força maior.....	379
3. Desnecessidade dos dispositivos	379
4. Critério adotado – biopsicológico	379
5. Inimputabilidade absoluta ou relativa por dependência de droga	380
6. Inimputabilidade absoluta ou relativa proveniente de caso fortuito ou força maior..	380
7. Meios de comprovar	380

Seção II - POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE.....	381
Subseção I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	381
1. Contextualização.....	381
2. Conceito	381
3. Desconhecimento da lei.....	381
4. Classificação da "consciência da ilicitude"	382
Subseção II - ERRO DE PROIBIÇÃO	383
1. Previsão legal	383
2. Classificação do erro de proibição	383
Tradicional.....	383
Às <i>avessas</i>	383
3. Aspectos jurídicos do erro de proibição	383
a) Formas de erro de proibição	383
b) Critérios para aferição da potencial consciência da ilicitude	384
Genérico - senso comum	384
Particular - valoração paralela na esfera do profano (do leigo)	384
c) Consequências penais	384
4. Erro de proibição DIRETO	384
a) Conceito	384
b) Espécies de erro de proibição direto.....	385
Erro de EFICÁCIA.....	385
Erro de VIGÊNCIA.....	386
Erro de SUBSUNÇÃO	386
Erro de PUNIBILIDADE	386
5. Erro de proibição INDIRETO	386
a) Conceito	386
b) Contextualização	386
c) Espécies de erro de proibição indireto	387
6. Erro de direito	387
Seção III - EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	389
Subseção I -DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	389
1. Conceito	389
2. Causas de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa	389

Subseção II - COAÇÃO MORAL	390
1. Pressuposto	390
2. Hipóteses e consequências jurídicas.....	390
Subseção III - OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA	391
1. Pressuposto	391
2. Requisitos.....	391
3. Hipóteses e consequências jurídicas.....	391
Subseção IV - CAUSAS SUPRALEGAIS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE	392
1. Excesso exculpante ou acidental.....	392
2. Inexigibilidade de conduta diversa <i>stricto sensu</i>	392
3. Conflito (ou colisão) de deveres.....	393
4. Desobediência civil.....	394
5. Objeção de consciência.....	394
6. Culpabilidade em casos extremos.....	395
Subseção V - "CULTURAL DEFENSE"	396
1. Delimitação do tema.....	396
2. Âmbito de aplicação da <i>cultural defense</i>	396
3. A incidência da <i>cultral defense</i> no direito penal brasileiro	397
Capítulo V - CONCURSO DE PESSOAS	400
1. Conceito	400
2. Outras designações	400
3. Natureza jurídica e finalidade	400
4. Espécies de concursos de pessoas	400
5. Classificação dos crimes quanto ao concurso de pessoas	401
6. Natureza jurídica do concurso eventual de pessoas – teorias aplicáveis	401
a) Teoria UNITÁRIA (igualitária, monista, monística ou objetiva)	401
b) Teoria DUALISTA (ou dualística)	402
c) Teoria PLURALISTA (pluralística, subjetiva, do delito distinto ou da autonomia da concorrência).....	402
7. Exceções à teoria monista	402
a) Na parte geral do Código Penal	402
b) Na parte especial do Código Penal	403
8. Requisitos do concurso de pessoas.....	403
9. Formas de concurso de pessoas	404

Subseção I - AUTORIA	405
1. Teorias que explicam o conceito de autor	405
a) Conceito AMPLO (abrangente ou “extensivo” de autor)	405
Teoria UNITÁRIA	405
Teoria EXTENSIVA	405
b) Conceito LIMITADO (restrito ou “restritivo” de autor)	405
Teoria OBJETIVO-FORMAL	406
Teoria OBJETIVO-MATERIAL	406
Teoria do DOMÍNIO DO FATO (objetivo-final ou objetivo-subjetiva)	406
2. Principais espécies (modalidades) de autoria	407
Autor IMEDIATO (direto, executor ou autor “da ponta”)	407
Autor MEDIATO (indireto, autor “da retaguarda” ou “de trás”)	407
Autoria de ESCRITÓRIO (aparatos organizados de poder)	408
Autoria COLATERAL	408
Autoria INCERTA	408
Autoria por CONVICÇÃO	409
Autor INTELECTUAL (“homem inteligente”)	409
Autor de DETERMINAÇÃO	409
Autor de RESERVA	409
Subseção II - PARTICIPAÇÃO	410
1. Teorias que explicam a participação	410
a) Teoria CAUSAL	410
b) Teoria da ACESSORIEDADE	410
2. Formas de participação	410
Participação MORAL	410
Participação MATERIAL	410
3. Principais espécies (modalidades) de participação	411
Participação SUCESSIVA	411
Participação da participação (ou PARTICIPAÇÃO EM CADEIA)	411
Participação NEGATIVA (conivência ou “crimen silenti”)	411
Participação por OMISSÃO	411
4. Punibilidade no concurso de agentes	411
Participação de menor importância	411
Cooperação dolosamente distinta (ou desvio subjetivo)	411
Participação impunível	411
Participação posterior	412

5. Comunicabilidade de elementares e circunstâncias	412
a) Regras sobre a comunicabilidade ou incomunicabilidade.....	412
6. Concurso em crimes culposos: participação ou coautoria?	413
TEORIA DA SANÇÃO PENAL	415
Capítulo I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	417
1. Sanção penal	417
2. Pena como critério diferenciador das infrações penais	417
3. Finalidade das penas – teorias aplicáveis.....	417
4. Princípios aplicáveis às penas	418
Capítulo II - ESPÉCIES DE PENAS	419
1. Rol não-taxativo	419
2. Classificação legislativa	419
3. Classificação doutrinária	419
a) Quanto às ESPÉCIES:.....	420
b) Quanto à COMINAÇÃO:	421
Seção I - PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	422
1. Espécies	422
2. Limites	422
3. Sistemas penitenciários	422
Subseção I - PROGRESSÃO DE REGIME	423
1. Conceito	423
2. Requisitos para a progressão de regime	423
a) Regra geral	423
b) Requisitos para a progressão de regime dos condenados por crimes hediondos e assemelhados	423
c) Requisitos para a progressão de regime dos condenados por crimes contra a Administração Pública	424
d) Colaboração premiada	424
3. Início da progressão de regime	424
4. Regime “inicialmente” fechado	424
5. Progressão de regime “por saltos”	425
Subseção II - REGRESSÃO DE REGIME	426
1. Conceito	426
2. Hipóteses.....	426
3. Regressão de regime “por saltos”	426

Subseção III - LOCAIS DE CUMPRIMENTO DE PENA	427
1. Regra geral	427
2. Presídios Federais	427
3. Contravenções penais.....	427
Subseção IV - REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO – “RDD”	428
1. A quem se destina.....	428
2. Hipóteses de cabimento – quando se aplica	428
3. Duração.....	428
4. Local de recolhimento	428
5. Direitos do preso.....	428
6. Processamento	428
Subseção V - FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL	430
1. Critérios da fixação	430
2. Regime inicial	430
3. Regime inicial “obrigatoriamente” fechado	431
Subseção VI - REGRAS DO REGIME FECHADO	432
1. Exame criminológico – obrigatório	432
2. Trabalho do preso – regramento	432
3. Local de cumprimento da pena	432
4. Permissão de saída	432
Subseção VII - REGRAS DO REGIME SEMIABERTO	434
1. Exame criminológico – facultativo	434
2. Trabalho do preso – regramento	434
3. Local de cumprimento da pena	434
4. Permissão de saída	434
5. Saída temporária.....	434
Subseção VIII - REGRAS DO REGIME ABERTO	436
1. Exame criminológico – dispensável	436
2. Autodisciplina e senso de responsabilidade	436
3. Trabalho do preso – regramento	436
4. Local de cumprimento da pena	436
5. Regime aberto como “prêmio”	437

Subseção IX - REGIME ESPECIAL PARA AS MULHERES	438
Subseção X - DIREITOS DO PRESO	439
Subseção XI - TRABALHO DO PRESO	440
1. Finalidade e características	440
2. Remuneração	440
3. Recusa – consequências.....	440
4. Trabalho interno – características.....	441
5. Trabalho externo.....	441
Subseção XII - REMIÇÃO	442
1. Conceito	442
2. Cabimento.....	442
3. Forma de contagem do tempo.....	442
4. Impossibilidade de trabalhar.....	442
5. Autoridade competente para conceder o benefício	442
6. Efeito prático – finalidade	442
7. Falta grave	443
8. Atestado falso – consequência	443
Subseção XIV - DETRAÇÃO	444
1. Disposição legal.....	444
2. Conceito	444
3. Cabimento.....	444
4. A detração e as penas restritivas de direitos	444
5. A detração e a multa	445
6. A detração e o sursis	445
Seção II - PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	446
Subseção I - DISPOSIÇÕES GERAIS	
1. Conceito e finalidade	446
2. Cominação, natureza e caráter substitutivo	446
3. Requisitos para a substituição	446
4. Reincidente – possibilidade de substituição	446
5. Regras da substituição	447
6. Momento da substituição	447
7. Reversão, conversão (ou reconversão) em privativa de liberdade.....	447

Subseção II - AS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS NAS LEIS PENAIS ESPECIAIS	449
1. Na Lei de Drogas – Lei n.º 11.343/06.....	449
2. No Código de Trânsito – Lei n.º 9.503/97	449
3. Na Lei dos Crimes Hediondos – Lei n.º 8.072/90.....	449
4. Na Lei Maria da Penha – Lei n.º 11.340/06.....	450
5. Na Lei dos Juizados Especiais Criminais – Lei n.º 9.099/95.....	450
Subseção III - PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	451
1. Conceito	451
2. Valor.....	451
3. Dedução possível	451
4. Prestação de outra natureza – da (in)constitucionalidade	451
5. Frustração – consequências.....	451
Subseção IV - PERDA DE BENS E VALORES	452
1. Conceito	452
2. Valor.....	452
3. Interpretação restritiva.....	452
4. Perda como efeito da condenação	452
Subseção V - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE OU A ENTIDADES PÚBLICAS ...	453
1. Conceito	453
2. Cabimento.....	453
3. Local de cumprimento	453
4. Execução da PSC	453
5. PSC na Lei de Drogas.....	454
6. PSC na Lei Ambiental	455
Subseção VI - INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS	456
1. Conceito	456
2. Espécies.....	456
3. Cabimento.....	456
4. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.....	456
5. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público	457
6. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	458
7. Proibição de frequentar determinados lugares	458
8. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos	459

Subseção VII - LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA	460
1. Conceito	460
2. Execução	460
3. Casa do albergado	460
4. Falta de casa do albergado.....	461
Seção III - MULTA	462
1. Conceito	462
2. Cominação.....	462
3. Critério de aplicação da multa	462
4. Valor do dia-multa	462
5. Aplicação da pena multa – dosimetria	463
6. Destino da pena de multa	464
7. Pagamento da multa	464
8. Conversão da multa	465
9. Execução da multa não-paga	465
10. Suspensão da execução da multa	466
11. A multa e o hábeas-córpus – incompatibilidade	466
12. Multa substitutiva ou vicariante	466
13. Multa reparatória do Código de Trânsito – Lei n.º 9.503/97	466
14. Vedação à substituição	467
Capítulo III - APLICAÇÃO DA PENA	468
1. Pressuposto para a aplicação da pena	468
2. Sistemas, modelos ou critérios para o cálculo da pena privativa de liberdade	468
3. Elementares e circunstâncias da infração penal	469
4. Etapas da sentença de aplicação da pena privativa de liberdade.....	470
Seção I - FIXAÇÃO DA PENA-BASE	471
1. Culpabilidade.....	471
2. Antecedentes	471
3. Conduta social.....	472
4. Personalidade.....	472
5. Motivos do crime	472
6. Circunstâncias do crime	473
7. Consequências do crime	473
8. Comportamento da vítima.....	473
9. Fixação da pena na Lei de Drogas	473

Seção II - FIXAÇÃO DA PENA-PROVISÓRIA	474
1. Aumento e diminuição obrigatórios	474
2. Rol taxativo x rol exemplificativo	474
3. “Quantum” de aumento e diminuição.....	474
4. Agravantes e atenuantes genéricas	475
Subseção I - CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES	476
1. A reincidência	476
2. Outras hipóteses	478
3. Agravantes no caso de concurso de pessoas	481
Subseção II - CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES	482
1. Atenuantes genéricas	482
2. Atenuante inominada	484
3. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	484
Seção III - FIXAÇÃO DA PENA-DEFINITIVA	485
1. Como identificar majorantes e minorantes	485
2. Majorantes e minorantes genéricas	485
3. Majorantes e minorantes especiais	485
4. Concurso de causas de aumento ou de diminuição	486
5. Superação dos limites da pena	486
Seção IV - CONCURSO DE CRIMES.....	487
1. Configuração do concurso de crimes	487
2. Espécies de concurso de crimes – outras designações	487
3. Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes	487
4. Multas no concurso de crimes	488
5. Erro na execução – <i>aberratio ictus</i>	488
6. Resultado diverso do pretendido - <i>aberratio criminis</i>	488
7. Limite das penas	489
8. Concurso de infrações.....	489
Subseção I - CONCURSO MATERIAL	490
1. Conceito	490
2. Requisitos.....	490
3. Espécies.....	490

4. Sistema adotado	490
5. Sistemática – individualização da pena.....	490
6. Juízo competente	490
7. Execução das penas privativas de liberdade	491
8. Substituição da pena	491
9. Penas restritivas de direitos	491
10. Prescrição	491
11. Suspensão condicional do processo.....	491
Subseção II - CONCURSO FORMAL	492
1. Conceito	492
2. Requisitos.....	492
3. Espécies.....	492
a) Quanto à identidade das infrações penais	492
b) Quanto ao elemento subjetivo.....	492
4. Teorias.....	493
5. Sistemas adotados	493
6. Sistemática – individualização da pena.....	493
7. Juízo competente	493
8. Critério adotado para o aumento	494
9. Concurso material benéfico	494
Subseção III - CRIME CONTINUADO	495
1. Conceito	495
2. Outra denominação	495
3. Natureza jurídica – teorias	495
4. Espécies	496
5. Requisitos ou pressupostos da continuidade delitiva simples.....	496
6. Requisitos ou pressupostos da continuidade delitiva qualificada	498
7. Critério adotado para o aumento da pena do crime continuado simples	498
8. Critério adotado para o aumento da pena do crime continuado qualificado	498
9. Concurso material benéfico	498
10. Unificação de penas	499
11. Prescrição.....	499
12. Crimes dolosos contra a vida – bens personalíssimos	499
13. Sucessão de leis no tempo – conflito temporal	499
14. Suspensão condicional do processo.....	499
15. Diferença entre crime continuado e crime habitual	500

Capítulo IV SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	501
1. Conceito	501
2. Outra denominação	501
3. Direito subjetivo do réu ou discricionariedade do Juiz	501
4. Caráter subsidiário	501
5. Espécies de sursis	502
6. Requisitos da suspensão condicional da pena	502
7. Condições	502
8. Período de prova	503
9. Revogação obrigatória	503
10. Revogação facultativa	504
11. Prorrogação do período de prova	504
12. Cumprimento das condições	504
13. O sursis e a Lei de Drogas	504
14. Diferença entre sursis e suspensão condicional do processo	504
Capítulo V - LIVRAMENTO CONDICIONAL	506
1. Conceito	506
2. Requisitos	506
3. Condições	506
4. Processamento	507
5. Suspensão do livramento	508
6. Revogação do livramento	508
7. Efeitos da revogação	508
8. Extinção	508
Capítulo VI - EFEITOS DA CONDENAÇÃO	509
1. Efeito principal, direto ou imediato	509
2. Efeitos genéricos, específicos, secundários, mediatos ou reflexos	509
a) Efeitos extrapenais genéricos – art. 91, CP	509
b) Efeitos extrapenais específicos – art. 92, CP	510
3. Tortura	510
4. Racismo	510
5. Crimes contra a propriedade imaterial	511
6. Lei de Drogas	511
7. Lei de Licitações	511
8. Lei de Falências	511

Capítulo VII - REABILITAÇÃO.....	512
1. Conceito	512
2. Pressuposto.....	512
3. Requisitos.....	512
4. Alcance dos efeitos	512
5. Prazo de carência para o pedido	513
6. Negativa à reabilitação.....	513
7. A quem se dirige o pedido de reabilitação.....	513
8. Revogação	513
9. Recursos cabíveis	513
Capítulo VIII - AÇÃO PENAL	514
1. Fundamento constitucional	514
2. Fundamento Infraconstitucional.....	514
3. Natureza.....	514
4. Conceito	514
5. Espécies de ação penal - classificação.....	514
6. Princiologia.....	515
6.1 Princípios comuns ou gerais	515
a) Princípio da INTRANSCENDÊNCIA (intransmissibilidade ou incontagiabilidade)	516
b) Princípio do <i>NE PROCEDAT IUDEX EX OFFICIO</i>	516
c) Princípio do <i>NE BIS IN IDEM</i>	516
6.2 Princípios informadores da ação penal pública	517
a) Princípio da OBRIGATORIEDADE (necessidade ou legalidade processual)	517
b) Princípio da INDISPONIBILIDADE (inesistibilidade)	518
c) Princípio da [IN] DIVISIBILIDADE.....	519
d) Princípio da OFICIALIDADE.....	520
e) Princípio da OFICIOSIDADE	520
f) Princípio da AUTORITARIEDADE	520
6.3 Princípios informadores da ação penal privada	521
a) Princípio da OPORTUNIDADE (ou conveniência)	521
b) Princípio da DISPONIBILIDADE (ou desistibilidade)	521
c) Princípio da INDIVISIBILIDADE.....	521
7. Ação penal nos crimes complexos	522
Seção I - AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	523
1. Classificação	523
2. Titularidade	523
3. Peça acusatória	523

Subseção I - AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA	524
Subseção II - AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO	525
1. Previsão.....	525
2. Conceito, finalidade e natureza jurídica da representação	525
3. Natureza jurídica.....	525
4. Forma de identificar.....	525
5. Formalidade	525
6. Legitimidade – quem pode oferecer a representação.....	525
7. Prazo	526
8. Destinatário	526
9. Retratação.....	526
10. Retratação da retratação (revogação da retratação ou renovação da representação)	527
11. Renúncia à representação	527
12. Não-vinculação do MP à representação	527
13. Eficácia objetiva - extensão da representação	528
Subseção III - AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REQUISIÇÃO DO MINISTRO DA JUSTIÇA	529
1. Conceito e finalidade da requisição do Ministro da Justiça.....	529
2. Hipóteses de cabimento	529
3. Prazo	529
Seção II - AÇÃO PENAL PRIVADA	530
1. Classificação.....	530
2. Titularidade.....	530
3. Modo de identificar	530
4. Peça acusatória.....	530
5. Prazo	531
6. Denominação das partes	531
7. Legitimidade – quem pode oferecer a queixa-crime?	531
Subseção I - AÇÃO PENAL PRIVADA EXCLUSIVA.....	532
Subseção II - AÇÃO PENAL PRIVADA PERSONALÍSSIMA.....	533
1. Razão da denominação.....	533
2. Cabimento.....	533

3. Condição de procedibilidade.....	533
4. Prazo	534
5. A morte do ofendido como causa de extinção da punibilidade do réu	534
Subseção III - AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA.....	535
1. Previsão constitucional e infraconstitucional	535
2. Cabimento.....	535
3. Descabimento / incompatibilidade.....	535
4. Prazo	535
5. Legitimado(s).....	536
Seção III - CAUSAS IMPEDITIVAS E EXTINTIVAS.....	537
Subseção I - RENÚNCIA	538
1. Conceito	538
2. Espécies.....	538
3. A questão da indenização e seus reflexos.....	538
4. Características da renúncia	538
5. Desistência da ação penal	538
Subseção II - PERDÃO DO OFENDIDO.....	539
1. Conceito	539
2. Espécies.....	539
3. Características do perdão do ofendido	539
Capítulo IX - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	540
1. Conceito de punibilidade	540
2. Causas extintivas da punibilidade	540
a) Conceito: São situações, atos ou fatos que impedem a aplicação da sanção penal.	540
b) Classificação	540
c) Comunicabilidade	540
d) Extensão dos efeitos.....	541
e) Rol exemplificativo	541
f) Outras hipóteses	541
Seção I - MORTE DO AGENTE	542
1. Fundamento.....	542
2. Prova da morte.....	542

3. Certidão de óbito falsa.....	542
4. Revisão criminal	543
5. Morte da vítima	543
Seção II - ANISTIA	544
1. Conceito	544
2. Atribuição.....	544
3. Instrumento de concessão	544
4. Objeto	544
5. Extensão dos efeitos	544
6. Momento	545
7. Espécies ou formas de anistia	545
8. Vedação	545
Seção III - GRAÇA E INDULTO	546
1. Conceito	546
2. Atribuição.....	546
3. Instrumento de concessão	546
4. Provocação.....	546
5. Parecer do Conselho Penitenciário	547
6. Extensão dos efeitos	547
7. Classificação	547
8. Momento	547
9. Vedação	547
Seção IV - ABOLITIO CRIMINIS.....	549
1. Conceito	549
2. Efeitos	549
3. <i>Abolitio criminis</i> x continuidade normativa típica	549
4. <i>Abolitio poena</i>	549
5. Competência para a aplicação da <i>abolitio criminis</i>	550
Seção V - PRESCRIÇÃO	551
1. Conceito	551
2. Natureza jurídica.....	551
3. Espécies de prescrição	551
4. Caracteres da prescrição.....	551
5. Crimes imprescritíveis	553
6. Prescrição x decadência – diferenças	553

Subseção I - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA	554
Prescrição da Pretensão Punitiva Abstrata [pppA]	
1. Fundamento legal	554
2. Forma de contagem – passo a passo	554
Prescrição da pretensão punitiva retroativa [pppR]	557
1. Fundamento legal	557
2. Forma de contagem – passo a passo	558
3. Momento da decretação – competência para a decretação	559
4. Prescrição antecipada, virtual, projetada, antevista ou retroativa em perspectiva	560
Prescrição da pretensão punitiva intercorrente [pppl]	561
1. Outras denominações	561
2. Fundamento legal	561
3. Motivos da prescrição intercorrente	561
4. Forma de contagem – passo a passo	561
5. Momento da decretação – competência para a decretação	561
Subseção II - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	562
1. Fundamento legal	562
2. Momento	562
3. Forma de contagem – passo a passo	562
Subseção III - CAUSAS DE SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL	564
1. Previsão	564
2. Causas de suspensão do prazo prescricional da pretensão punitiva	564
3. Causas de suspensão do prazo prescricional da pretensão executória	566
Subseção IV - CAUSAS DE INTERRUPTÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL	567
1. Previsão	567
2. Causas de interrupção do prazo prescricional da pretensão punitiva	567
3. Causas de interrupção do prazo prescricional da pretensão executória	568
4. Diferença entre a suspensão e a interrupção	569
5. Comunicabilidade das causas de interrupção do prazo prescricional	569
Subseção V - PRESCRIÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO	570
Subseção VI - PRESCRIÇÃO DA PENA DE MULTA	571
1. Prescrição da pretensão punitiva	571
2. Prescrição da pretensão executória	571

Subseção VII - PRESCRIÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	572
Subseção VIII - DISPOSIÇÕES DIVERSAS	573
1. Absorção de penas e prescrição	573
2. Prescrição das penas aplicáveis ao usuário de drogas.....	573
3. Prescrição no Código Penal Militar	573
4. Prescrição das medidas sócio-educativas do Estatuto da Criança e do Adolescente	574
5. Prescrição em caso de concurso de crimes	574
Seção VI - DECADÊNCIA.....	575
1. Conceito	575
2. Fundamento principiológico	575
3. Oportunidade.....	575
4. Extensão dos efeitos	575
5. Prazo	575
6. Exceções.....	575
7. Forma de contagem do prazo	576
8. Decadência no crime continuado e habitual	576
9. Características do prazo.....	576
Seção VII - PEREMPÇÃO	577
1. Conceito	577
2. Fundamento principiológico	577
3. Cabimento.....	577
4. Oportunidade.....	577
5. Extensão dos efeitos	577
6. Hipóteses ou causas de perempção: art. 60 do CPP	577
7. Outras hipóteses de perempção:.....	578
8. Quadro comparativo das causas extintivas de punibilidade que incidem na ação penal privada	579
Seção VIII - RETRATAÇÃO DO AGENTE	580
1. Conceito	580
2. Hipóteses de cabimento	580
3. Condição para a extinção da punibilidade	580
4. Características da retratação	580
5. Retratação da representação – distinção	580

Seção IX - PERDÃO JUDICIAL	581
1. Conceito	581
2. Forma de identificar	581
3.1 Hipóteses LEGAIS	581
3.2 Hipótese SUPRALEGAL	583
4. Momento – instrumento de concessão	584
5. Comunicabilidade.....	584
6. Ato unilateral	584
7. Natureza jurídica da sentença concessiva	585
8. Extensão dos efeitos	585
9. Perdão do ofendido e perdão judicial – diferenças	585
Capítulo X - MEDIDAS DE SEGURANÇA	586
1. Conceito	586
2. Espécies de medidas de segurança	586
3. Aplicação das medidas de segurança.....	586
a) Pressupostos.....	586
b) Inimputável por distúrbios mentais	586
c) Inimputável por embriaguez acidental	587
d) Inimputável por dependência de drogas.....	587
e) Semi-imputável.....	587
f) Prazo da medida de segurança.....	587
g) Perícia médica:.....	588
4. Execução das medidas de segurança (arts. 171 a 179 da LEP).....	588
5. Desinternação ou liberação condicional	590
6. Desinternação progressiva.....	591
7. Conversão de tratamento ambulatorial em internação	591
8. Execução provisória das medidas de segurança	591
Guia de abreviaturas.....	593
Significado das expressões em latim.....	594
Referências bibliográficas	596
Obras do autor	598